

CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS – CEA

Relatório sobre a Igreja Local e Igreja Universal (ARCIC)

A Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana têm estado em diálogo oficial de alto nível por mais de trinta anos.¹ Repetidas vezes, temos descoberto, no decorrer do diálogo, que compartilhamos já uma “comunhão real, embora imperfeita” (CC2) enraizada numa fé comum e na herança compartilhada, (Relatório de Malta 3 e 4) e que estamos juntos na vida de serviço e missão, aos quais o Evangelho nos chama. Com freqüência temos descoberto convergência e pensamento e prática e temos encontrado os meios pelos quais as nossas diferenças sejam complementares para o benefício de cada uma de nossas duas Igrejas e para crescimento da unidade cristã. Temos sido capazes, também, de reconhecer amplitude significativa e esperançosa de concordância sobre as matérias que têm sido, no passado, discordantes e até e dividido a Igreja tais como o modo da presença de Cristo na Eucaristia, ministério ordenado e a função do bispo de Roma na sua missão apostólica da Igreja. Essas matérias foram tratadas no Relatório Final do ARCIC I e nas respostas feitas por duas Igrejas, no Esclarecimento proporcionado pelo ARCIC II e na aceitação desses esclarecimentos pelo Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade Cristã.

Entretanto em nossa comunhão real permanecem imperfeições. Com freqüência elas assumem a forma de diferenças e divergências importantes. De grande significação, no presente, está o fato de que os anglicanos e católicos romanos tem entendimentos e estruturas diferentes da autoridade. Isso produz experiências e expectativas diferentes, efetivamente, culturas diferentes de autoridade dentro de cada uma das Igrejas. As nossas tradições discordantes de autoridade nos separam e são, nesse sentido, fatores de divisão. São fatores de “divisão de Igreja?” Surgem eles das compreensões fundamentalmente diferentes do Evangelho de modo que continuam ser obstáculos entre as duas Igrejas?

Em sua Declaração Conjunta (outubro de 1989) o Arcebispo de Cantuária Robert Runcie e o Papa João Paulo II mantiveram que “a jornada ecumênica não trata apenas da remoção dos obstáculos, mas também de partilha dos dons”. Vozes dentro de nossas Igrejas sugerem que as nossas tradições anglicanas e católicas romanas de autoridade contêm precisamente tais dons a serem compartilhadas.

¹ A Consulta Anglicana-Católica Romana nos Estados Unidos foi planejada conjuntamente em 1965 e se reuniu pela primeira vez em 1966. O Arcebispo de Cantuária, Michael A. Ramsey e o Papa Paulo VI estabeleceram o diálogo internacional oficial em 1966. Após o trabalho da comissão conjunta de preparo, a ARCIC reuniu-se, oficialmente, pela primeira vez, em 1970.

Vozes em cada uma das Igrejas reconhecem e expressam a necessidade dos dons da outra. As declarações anglicanas² buscam um contrapeso primacial às forças centrífugas da autonomia provincial e diocesana, (por exemplo, dar mais autoridade ao Conselho Consultivo Anglicano, ou à Conferência de Lambeth, ou ao Arcebispo de Cantuária ou aos Primazes das Províncias da Comunhão Anglicana), em reconhecimento de que “a unidade na verdade da comunidade cristã exige expressão visível”, (Relatório Final, Esclarecimento 981, 8). As declarações católicas romanas³ buscam a implementação das estruturas do colegiado e da localidade para complementar o exercício da primazia e para melhor salvaguardar a autonomia legítima e necessária das Igrejas locais.

Acolhemos a publicação do Dom da Autoridade, declaração acordada da II Comissão Internacional Anglicana-Católica Romana de maio de 1999 e aguardamos que ela prove ser um passo significativo para chegar a uma mente comum sobre essas questões. Visto que este documento apareceu justamente quando este relatório estava sendo concluído, estaremos refletindo juntamente com outros anglicanos e católicos-romanos sobre este texto rico nos meses vindouros.⁴

Portanto, na esfera da autoridade, é necessário avaliar mais uma vez áreas onde nos diferimos para discernir de que modo estamos divididos e de que modo cada uma de nós possui os dons, os quais a outra pode compartilhar e se beneficiar.

Em 1991 ARCIC II autorizou a publicação de seu relatório – Igreja como Comunhão. Não só esse relatório explicou a eclesiologia subjacente no Relatório Final da ARCIC I e Salvação e Igreja, da ARCIC II, mas também substanciou a alegação de que “os anglicanos e católicos romanos já estão em comunhão real, mas imperfeita...” (Igreja como Comunhão 2, 47, 50 e Declaração Conjunta de outubro de 1989).

Embora a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana não tenha publicado avaliações oficiais da Igreja como Comunhão, na primeira parte de nosso relatório temos a intenção de explorar as implicações desta eclesiologia da comunhão, porque “dentro da perspectiva da comunhão as dificuldades destacadas que permanecem entre nós será mais claramente entendidas e mais provavelmente resolvidas” (Comunhão eclesial, 2, doravante CE) O consenso da ARCIC de que a nossa comunhão “é real, mas imperfeita” provê o contexto para a investigação das questões da autoridade. Não se pode dar atenção a essas questões sem discernimento e implementação conjuntas.

Temos em mente que este relatório acordado da CONAC Americana seja uma contribuição para a cura das feridas e partilha de dons. No contexto de nossa relação, é preciso que cada uma de nossas Igrejas alcance uma compreensão mais profunda da autoridade e faze-la mais fielmente parte integral de seu sistema. Cada Igreja precisa aprender a aprender de outra. À medida que se empenha conjuntamente a cooperar mais plenamente com o Espírito Santo,

² Relatório EMAÚS; Relatório de Virginia

³ Christus Dominus 36-38; Leis Canônicas (1983), Cânones 439-446, 447-459

⁴ Dom da Autoridade, Declaração Conjunta da ARCIC II

apressamo-nos em “prosseguir na direção daquele alvo que é a vontade de Cristo – a restauração completa comunhão na fé e na vida sacramental” (Declaração conjunta de Paulo VI e Arcebispo Donald Coggan, 29 de abril de 1977).

CONCEITOS

No geral as discussões sobre “comunhão”, “Igreja local”, “Igreja particular”, e “Igreja universal” têm sido prejudicadas com os problemas de definições. Estes conceitos não são termos unívocos na teologia. Nós anglicanos e católicos romanos compartilhamos, no entanto, uma teologia comum de “comunhão”, “Igreja local”, “Igreja particular” e “Igreja universal” fundamentada numa confissão comum da fé no Deus Trino, que é a “fonte doadora da vida divina” da Igreja. “Por conseguinte, somos conduzidos para a vida de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo - vida que Deus deseja compartilhar com todos os povos. Está diante de nós a visão do reinado de Deus sobre toda a criação e sobre a Igreja como as primícias da humanidade que é atraída para a vida divina através da aceitação da redenção oferecida em Jesus Cristo” (CE 3). Regozijamo-nos, à medida que esta teologia comum está contribuindo para um consenso ecumênico emergente através de tais grupos como Grupo de Trabalho Conjunto entre a Igreja Católica Romana e Conselho Mundial de Igrejas (GTC)⁵. Os anglicanos e os católicos romanos gozam de um gama notável de acordo que deve permanecer como contexto de exploração de nossas diferenças.

COMUNHÃO

“Comunhão” tem emergido no movimento ecumênico como conceito que melhor expressa a realidade da Igreja como diversa, contudo, uma na fé, tanto como Igreja local como também como Igreja universal, (GTC 5). Uma eclesiologia da comunhão pode ser encontrada no Relatório Final, (Introdução, 4) bem como nos documentos do Vaticano II ⁶e da Conferência decenal dos Bispos da Comunhão Anglicana.⁷. Portanto, aqui chamamos de volta apenas uma das muitas articulações de nossa compreensão anglicana-católica romana da comunhão:

Pois uma vida cristã de comunhão significa participação na vida divina, estar unida com o Pai pelo Filho no Espírito Santo e, conseqüentemente, estar em comunhão com todos os que participam no mesmo dom da vida eterna. Esta é uma comunhão espiritual, em que a realidade da vida do mundo que há de vir já está presente. Porém é inadequado falar somente numa realidade invisível como a realização da vontade de Cristo para com a Igreja. A comunhão profunda formada pelo Espírito exige expressão visível. O propósito da comunidade eclesial visível é encarnar e promover essa comunhão

⁵ Ver VI Relatório (Genebra, CMI publicações 1990, pp. 23-37. Também Serviço de Informação, Conselho Pontifício de Promoção da Unidade, N°74 1990 III pp.75-84).

⁶ Ver LG 8, UR 3 e CD bem como nos documento mais recentes UUS, 49 e Diretório da Aplicação dos Princípios e Normas do Ecumenismo (1993), 9-17

⁷ “Apelo a todos os Cristãos” Resolução 9 da Conferência de Lambeth 1920, “Comunhão Anglicana: seu significado, sua organização e política futura” Lambeth 48: “Plena Comunhão e Inter-Comunhão”, resolução 14, Lambeth 58: “ARCIC” resolução 8, Lambeth 1988; Relatório de Agros do Grupo Consultivo Ecumênico da Comunhão Anglicana, preparação para Lambeth 98

espiritual com Deus (cf. parágrafos 16-24), (CE, 43; ver, também, as bases bíblicas e teológicas dessa compreensão em 6-11).

Igreja Local

A Igreja é local, porque *é uma assembléia dos batizados reunidos pela proclamação apostólica, confessando uma única fé, celebrando uma só eucaristia e conduzida por um ministério apostólico. Isto implica em que esta Igreja local esteja em comunhão com todas as comunidades cristãs, nas quais os elementos constitutivos essenciais da vida eclesial estejam presentes*, (CE, 43).

Nisto concordamos com GTC que descreve Igreja local como uma “comunidade de crentes batizados, em que a Palavra de Deus é proclamada, a fé apostólica é confessada, sacramentos são celebrados, a obra redentora de Cristo pelo mundo é testemunhado, e servida por um ministério de episcopé exercido pelos bispos ou por outros ministros da comunidade,” (GTC, 15).

A Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana usam com muita freqüência o termo “diocese” para se referir à Igreja local e que esse uso temos seguido neste relatório. A eucaristia atualiza e expressa a Igreja local como várias paróquias reunidas em torno do bispo e celebram a eucaristia, em obediência à ordem de Jesus, “fazei isto em memória de mim”, (Lc 22.19; cf. 1Co 11.24-25).

Concordamos, então, que toda a Igreja está presente na Igreja local, porque “cada Igreja local está enraizada no testemunho dos apóstolos e encarregada com a missão apostólica” (RF, Autoridade na Igreja, I, 8). Reconhecemos que numa “Igreja particular... a Igreja una, santa, católica e apostólica está verdadeiramente presente e operativa” (CD 11; ver, também, LG, 23).

“Para as Igrejas de tradição católica o bispo é essencial para a compreensão e da estrutura de uma Igreja local”, (GTC, 15-16). Na tradição que compartilhamos, uma congregação paroquial vê, no seu bispo, um sinal em pessoa e expressão de sua continuidade na tradição apostólica, uma conexão em pessoa com outras Igrejas locais, que confessam a fé apostólica e vivem por ela. Como sucessor dos apóstolos, o bispo é o presidente, pregador e mestre principal. Cada paróquia está na dependência de sua comunhão com o bispo como sinal próprio para unir (unitivo) sua vida de testemunho do Evangelho.

Igreja Universal

A Igreja é universal, porque ela é enviada por Cristo ressuscitado, no poder do Espírito Santo, par proclamar as Boas Novas através do mundo para cada pessoa e “unir numa só comunhão eucarística homens mulheres de *toda* raça, cultura e condição social, em *cada* geração” (CE, 34, *italico aditado*). A eucaristia atualiza e expressa a unidade da Igreja através do tempo e do espaço, visto que os que nela participam têm “um só Senhor, uma só fé, um só batismo, e um Deus e Pai de todos”, (Ef 4.5-6^a).

Para todas as Igrejas locais estarem *juntas em comunhão* – a única comunhão visível – que Deus deseja, requer-se que todos os elementos essenciais constitutivos da comunhão eclesial estejam presentes e sejam mutuamente reconhecidos em cada uma delas. Deste modo a comunhão visível entre estas Igrejas é completa e seus ministros estão em comunhão uns com os outros. Não é necessária precisamente a mesma organização canônica: a diversidade de estruturas canônicas é parte da diversidade aceitável que enriquece a comunhão única de todas as Igrejas, (CE, 43cf. CE, 45 citado no rodapé 15.).

A Igreja é, portanto, universal não simplesmente como agregado de todas as Igrejas locais. Antes a Igreja é universal em virtude de uma só fé cristã realizada de várias maneiras. Mais uma vez, nosso consenso anglicano-católico romano converge para o consenso do GTC: “a Igreja universal é a comunhão de todas as Igrejas locais unidas na fé e adoração através do mundo”, (GTC 19). Porque a Igreja se localiza através do mundo dentro de culturas que transcendem meramente as fronteiras diocesanas, tanto a Comunhão Anglicana quanto a Igreja Católica Romana têm desenvolvido estruturas mais amplas e regionais que são intermediários entre a Igreja local e a Igreja universal. Examinaremos a significação deste desenvolvimento num relatório futuro.

NOSSO CONSENSO ANGLICANO-CATÓLICO ROMANO

Destas considerações os elementos mais principais de nosso extraordinário consenso podem ser discernidos. Estamos de acordo que a unidade da fé e a comunhão dos fiéis devem ser visíveis, pois “é inadequado falar somente de uma unidade espiritual invisível como o cumprimento da vontade de Cristo para sua Igreja; a profunda comunhão realizada pelo Espírito Santo requer expresso visível”, (CE, 43). Isto significa que “o dom da comunhão que vem de Deus não é uma realidade amorfa, mas uma unidade orgânica que requer uma forma canônica de expressão”, (GTC, 42).

IGREJA LOCAL E UNIVERSAL

Estamos de acordo, também, que a Igreja local e a Igreja universal são co-constitutivas e co-intrínsecas, visto que numa “Igreja particular... Igreja una, santa, católica e apostólica está verdadeira presente e operativa”, (CD, 11) e a Igreja universal é a comunhão das Igrejas locais. Desse modo o Catecismo da Igreja Católica pode falar pelos anglicanos, também, ao dizer:

No uso cristão, o termo “Igreja” designa a assembléia litúrgica, mas também comunidade local ou toda comunidade universal de crentes. Estes três sentidos são inseparáveis, “Igreja” é o povo de Deus que se reúne no mundo todo. Ela existe nas comunidades locais e feita real como assembléia litúrgica, acima de tudo, eucarística. Ela recebe sua vida da Palavra e do Corpo de Cristo e ela própria se torna o Corpo de Cristo, (#752).⁸

⁸ Ver, também, seção sobre a Igreja e Ministério no “Sumário da Fé comumente denominado de Catecismo” no Livro de Oração Comum: a Igreja é uma, porque é um só Corpo sob uma cabeça, Nosso Senhor Jesus Cristo... A missão da Igreja é restaurar todos os povos para unidade com Deus e uns com os outros em Cristo... A Igreja busca sua missão, à medida que ela ora, adora, proclama o Evangelho, promove a justiça, paz e amor... A Igreja leva avante a sua missão através do ministério de todos os seus membros... Os ministros da Igreja são leigos, bispos, presbíteros e diáconos...”

A Igreja é, portanto, local e universal. A Igreja local não é meramente uma subdivisão da Igreja universal, nem é a Igreja universal meramente um agregado das Igrejas locais. Cada uma é plenamente interdependente com a outra. Quando o equilíbrio entre o local e o universal é prejudicado, há perigo para a corporificação institucional da Igreja. A Igreja de Cristo pode mostrar-se como um simples agregado de comunidades locais ou pode revelar-se como uma totalidade que diminui diversidades legítimas e necessárias. No entanto, quando o próprio equilíbrio é preservado a catolicidade real da Igreja é mais facilmente percebida, porque a Igreja mostra-se como comunhão de comunidades cuja própria diversidade manifesta as riquezas de uma fé em um só Deus conhecido por meio de Cristo.

EUCARISTIA

Também, concordamos que a celebração da eucaristia em comunhão com o bispo como o presidente principal é essencial, efetivo e indispensável à vida da Igreja. A eucaristia - celebrada em obediência à ordem de Cristo, "fazei isto em memória de mim"- atualiza a unidade e vitalidade da Igreja no poder do Espírito Santo. Na eucaristia a Igreja como local e universal é manifesta e celebrada: "em todas as celebrações eucarísticas das comunidades cristãs dispersas pelo mundo, na variedade culturas, línguas e contextos socio-políticos, é o mesmo e indivisível corpo de Cristo, que reconcilia a humanidade dividida que é oferecido aos crentes. Desta maneira a eucaristia é o sacramento da catolicidade da Igreja, no qual Deus é glorificado" CE, 36).

EPISCOPADO

Concordamos, também, sobre as funções do bispo a serviço da unidade da Igreja local e a Igreja universal. Na interdependência com todo o povo de Deus (laicato e clero), o bispo deve simbolizar, preservar e promover a unidade e missão da Igreja local e fomentar a sua comunhão com todas as Igrejas locais e participar na condução da Igreja naquela plena unidade, pela qual Cristo orou. Essas responsabilidades são prescritas aos bispos em nossos ordinais.⁹ Também, esses ritos provêm que, no mínimo, três bispos, ordenados, por sua vez, na sucessão apostólica, ordenam o novo bispo. Dessa forma, esses ritos transmitem a afirmação da Igreja de que a Igreja local e seu bispo pertencem à comunhão de toda a Igreja que é constituída e sustentada pela fé apostólica. O novo bispo é um sinal de continuidade, símbolo em pessoa da sucessão histórica da Igreja apostólica. O novo bispo participa na responsabilidade coletiva de todos os bispos para a unidade e fidelidade da Igreja universal. Na Igreja Episcopal essa responsabilidade é mais obviamente exercida nas formas conciliares, sinodais e colegiais tais como conselhos diocesanos e comissões nacionais e Convenção geral, (inclusive a Câmara dos Bispos) da Igreja Episcopal e Conferências de Lambeth da Comunhão Anglicana. Na Igreja Católica Romana essa responsabilidade é mais obviamente exercida pelos sínodos diocesanos, conferências episcopais (como Conferência Nacional dos Bispos Católicos) e

⁹ Ver, por exemplo, "Exame" na Ordenação do Bispo, Livro de Oração Comum, Pontifical Romano: Comissão Internacional sobre a língua inglesa na Liturgia, 1978

conselhos ecumênicos e sínodos da Igreja Católica (CE 33, ver também, BEM 29, GTC 16).

PRIMAZIA

A Igreja Episcopal e a Igreja Católica romana compartilham alto grau de concordância de que a primazia, em nível universal, deve complementar a colegialidade de todos os bispos: “se a vontade de Deus quanto à unidade em amor e verdade de toda a comunidade cristã deve ser cumprida, esse padrão geral dos aspectos da complementaridade primacial e conciliar da episcopé servindo à koinonia das Igrejas precisa ser realizado a nível universal” (RF I, 12, 23). Ainda estamos de acordo que a primazia universal deve ser exercida de modo a promover koinonia genuína (RF Autoridade na Igreja I, 21): “no contexto da comunhão de todas as Igrejas o ministério episcopal de um primado universal encontra seu papel como centro visível da unidade” (CE 45). Reconhecemos que ARCIC I julgou apropriado que, em qualquer união futura, a primazia universal seja mantida pela sé de Roma (RF Autoridade na Igreja I, 12, e 23).¹⁰ Reconhecemos, ao mesmo tempo, que tem sido e é uma das barreiras principais para a unidade – reconhecimento feito pelo Papa Paulo VI em seu discurso aos membros do Secretariado pela Unidade em 28 de abril de 1968.¹¹

CATOLICIDADE AUTÊNTICA

Em resumo, estamos de acordo que a catolicidade autêntica da Igreja requer manifestação visível da unidade da fé numa comunhão, em que a Igreja local e universal são interdependentes e co-constitutivos. A unidade da comunhão é efetuada pela eucaristia e preservada pelos bispos, cuja unidade uns com os outros é manifesta numa prática conciliar e serviço primacial. Concordamos que a catolicidade da Igreja não requer uniformidade eclesial. Com efeito, ela é antitética: “no meio desta atividade toda a catolicidade desejada por Deus implica na unidade e coerência da Igreja mantidas pela confissão comum da única fé apostólica, pela vida sacramental partilhada, pelo ministério comum de supervisão e pelas maneiras de decidir em comum e ensinar com autoridade” (CE, 39). A catolicidade é realizada no reconhecimento por parte de cada Igreja local de outras Igrejas locais como quem abraça o mesmo Evangelho, celebra a mesma eucaristia, vive a mesma comunhão e prossegue a mesma missão. O mútuo reconhecimento e comunhão delas mostram que sua diversidade é compatível com a unidade da fé.

QUESTÕES DISCORDANTES

Enquanto compartilhamos um grau significativo de concordância sobre a matéria de fé e ordem, as principais diferenças permanecem entre nós. Muitas – mas de algum todos – anglicanos e católicos romanos considerarão algumas ou todas como questões que “dividem” a Igreja, isto é, diferenças que exigem que permaneçamos visivelmente separados até que se resolvam essas questões. Esperamos e apelamos os membros de ambas as nossas Igrejas abordem essas

¹⁰ Ver, também, Esclarecimentos (1981) p.8

¹¹ Acta Apostolicae Sedis 59 (1967), 497-98

diferenças com oração e arrependimento pela participação de nossas Igrejas nessas divisões. Ambas as Igrejas têm descoberto que o trabalho do ARCIC I encontrou passos para a unidade e que apontou a direção para futuro diálogo entre as Igrejas Anglicana e Católica Romana (AS – Como podemos encontrar acordos substanciais? Consulta da CONAC AMERICANA, 1993).¹² Em outras palavras, em níveis superiores, as nossas duas Igrejas permanecem comprometidos com o alvo da plena comunhão e restauração da unidade visível. Mesmo assim permanecem sérias diferenças entre nós.

Algumas delas têm sido identificadas pela ARCIC I: a doutrina católica romana da infalibilidade e atribuição católica romana ao Papa da jurisdição universal imediata.¹³ Os membros de nossas Igrejas têm identificado outras diferenças, em suas respostas ao trabalho da ARCIC I como em outras respostas oficiais ao Relatório Final, que levantaram questões sobre graus de concordância realmente alcançada.¹⁴ Surgiram questões através dos eventos e sua evolução no decorrer do nosso diálogo oficial tal como a ordenação feminina que, entre outras questões, levanta a questão quanto à autoridade da Igreja referente à disciplina e ministração dos sacramentos e discernimento dos sinais dos tempos.¹⁵ Estamos convencidos de que, seja qual for a seriedade das diferenças entre os anglicanos e católicos romanos sobre o exercício da autoridade na Igreja possa parecer, com a ajuda do Espírito Santo elas podem ser diferenças que enriquecem, dons a ser compartilhados uma com a outra e com toda a Igreja de Cristo. De fato, elas devem ser assim, porque o compromisso de nossas Igrejas à unidade visível plena significa que não podemos descansar até que as diferenças contenciosas sejam transformadas em dons.

Certas questões de autoridade que permanecem são refratadas de várias maneiras quando colocadas no contexto da Igreja local e universal. Destacamos cinco áreas: exigências para a plena comunhão; primado; o equilíbrio entre a Igreja local e universal; episcopado e catolicidade; e a relação entre a experiência ecumênica e a teologia ecumênica.

EXIGÊNCIAS PARA A PLENA COMUNHÃO

Na mesma Declaração Comum mencionada no início deste relatório, o Arcebispo Runcie e o Papa João Paulo II reiteraram que o nosso alvo é a plena comunhão, isto é, confessar uma só fé, abraçar um só batismo, celebrar a mesma eucaristia, viver na mesma comunhão, prosseguir a mesma missão de preocupação pelo outro (CE 45). Na busca desse alvo eles apelaram para que “o nosso clero e nossos fiéis não negligenciem nem menosprezem que a comunhão

¹² Ver Relatório Final I, 5,30, 31 e Resolução 8, Lambeth 1988.

¹³ RF – Autoridade na Igreja I, 24; Autoridade na Igreja II, 9 e 15.

¹⁴ Relatório de EMAÚS de 1987 e a “Resposta oficial Católica Romana ao Relatório Final do ARCIC I (1991) em Testemunho Comum do Evangelho. Documentos sobre Relações Anglicanas-Católicas Romanas 1983-1995 editados por Jeffrey Gos, E. Rozanne Elder e Ellen K. Wondra, Washington Conferência Católica Americana 1997, pp.69-77. Ver, também, o Relatório da Consulta Nacional Ecumênica da Igreja Episcopal, Novembro 5-9, 1978(Relatório de Detroit) e a Avaliação do Relatório Final da ARCIC I pela CNB Americana, Origins 14.25(6 de Dezembro, 1984).

¹⁵ ARCIC – Esclarecimentos 1979, 5. “Esta questão (sobre a ordenação das mulheres) coloca em relevo claro a necessidade de alcançar uma compreensão de como a Igreja discerne com autoridade o ensino e a prática, que constituem a fé apostólica confiada a nós”, Homilia do Papa João Paulo II durante as Vésperas solenes celebradas com o Arcebispo de Cantuária, na Igreja de S.Gregório na Colina Caeliana, Roma, 5 de dezembro de 1996. Ver, também, “Preocupações Dogmáticas e Pastorais”, Lambeth 1988 pp.136-146. Relatório da Comissão do Arcebispo de Cantuária sobre Comunhão e Mulheres no Episcopado, 1989 (Relatório EAMES).

certa, porém imperfeita que já compartilhamos”, um eco da UR 3 e da Introdução do RF. O reconhecimento de que já temos um grau de comunhão está fundamentado numa compreensão renovada do batismo como incorporação em Cristo e numa eclesiologia de comunhão, segundo as quais os elementos essenciais da Igreja de Cristo são compartilhados em diferentes graus e maneiras entre as nossas Igrejas. Temos uma extensão notável de concordância sobre elementos constitutivos da “comunhão eclesial”, que se encontram esboçados na Comunhão Eclesial 45.¹⁶ No entanto, ainda discordamos (dentro de cada uma de nossas Igrejas e entre nossas duas Igrejas) sobre as exigências da *plena comunhão* com a outra.

Os anglicanos e os católicos romanos consideram o dito do Vaticano II como um dado, “a fim de restaurar a comunhão e unidade ou preservá-las, não se deve impor nenhum fardo além do que é indispensável (At 15.28)” (UR 18). No entanto, não concordamos no que é indispensável. Então, não se surpreende que, após o registro de elementos da comunhão eclesial sobre os quais as nossas Igrejas concordam (CE 45) e reafirmação de “grau significativo de concordância doutrinal” (CE 49), o ARCIC II pudesse ainda dizer que apenas somos capazes “reconhecer em cada outra Igreja uma verdadeira afinidade” (CE 49).

IGREJA CATÓLICA ROMANA

De um lado, a Igreja Católica Romana vê a si mesma como tendo uma realidade particular que não é compartilhada pelas outras Igrejas, inclusive pelas Igrejas da Comunhão Anglicana. Ela declara que a Igreja de Cristo “subsiste na Igreja Católica” (LG 8) e assim só pela Igreja Católica de Cristo, que é ajuda universal pela salvação [generale auxilium salutis] que a plenitude dos meios de salvação pode ser obtida” (UR 3). O Catecismo da Igreja Católica especifica “a plenitude dos meios de salvação” como “confissão correta e completa da fé, plena vida sacramental e ministério ordenado na sucessão apostólica” (§830). Com efeito, o batismo “constitui um vínculo sacramental de unidade que conecta todos os renascidos por meio do mesmo” (UR 22), mas é “orientada para uma profissão plena da fé, uma completa incorporação num sistema de salvação tal como o próprio Cristo desejou que fosse e, finalmente, para uma completa participação na comunhão eucarística” (Ibid.). Por conseguinte, , na sua recente encíclica sobre o ecumenismo, Papa João Paulo II julgou ser importante declarar que “a Igreja Católica tanto em sua práxis como em seus documentos solenes sustenta que a comunhão das Igrejas particulares, com a Igreja de Roma e de seus bispos com o Bispo de Roma é – no plano de Deus – um requisito essencial da comunhão plena e visível... do que a eucaristia é a suprema manifestação sacramental...” (UUS 97).

¹⁶ CE 45 declara que a comunhão essencial está “enraizada na confissão de uma mesma fé apostólica, revelada nas Escrituras e expressa nos Credos. Fundamenta-se num mesmo Batismo. A celebração única da eucaristia é sua expressão preeminente e seu centro. Ela encontra necessariamente expressão no compromisso partilhado com a missão confiada por Cristo à sua Igreja. É uma vida de preocupação partilhada no apoio mútuo, na humildade, gentileza e amor, colocando os interesses dos outros acima dos próprios interesses; criando espaço para a diversidade no Corpo de Cristo; sendo solidários com os pobres e os marginalizados; e compartilhando os dons materiais e espirituais (cf. At 2.44). Também faz parte da vida em comunhão a aceitação dos mesmos valores morais básicos, a participação na mesma visão da humanidade criada à imagem de Deus e recriada em Cristo e a confissão comum da mesma esperança na consumação final do Reino de Deus”

De outro lado, o Vaticano II ensina, também, que a realidade da Igreja admite os diferentes meios e graus de participação em sua plenitude (LG 13). Como exigência da plena comunhão com a Igreja Católica deve, então, outra Igreja "aceitar o seu inteiro sistema e todos os meios de salvação dados a ela (LG 14) como a Igreja Católica entende essas coisas? Se for assim, que função tem a "hierarquia das verdade" (UR 11) com sua noção de que "nem na vida nem no ensino da toda a Igreja tudo é apresentado no mesmo nível"? ¹⁷

Não há respostas a priori para estas questões. Ao invés disso, possíveis direções a ser tomadas podem ser discernidas nas declarações comuns entre o papa e os chefes de certas Igrejas orientais, por exemplo, Igreja Armênia Ortodoxa, Igreja Síria Ortodoxa, Igreja Copta Ortodoxa e Igreja Assíria do Oriente. Dois fatores críticos entraram no reconhecimento dessas outras Igrejas como sendo muito próximas, porém ainda em imperfeita comunhão com a Igreja Católica Romana: sucessão apostólica no episcopado e as ordens sacramentais. O primeiro é um de salvaguarda da fé que nos vem dos apóstolos e o segundo é necessário para a válida celebração da eucaristia, o sinal e meios principais da unidade da Igreja (UR 2). Aqui reiteramos a nossa observação anterior de que a "Igreja Católica Romana está desejava de se unir numa declaração comum da fé que evita deliberadamente a linguagem conciliar que se tem mostrado controversa. Uma declaração tal foi julgada suficiente para permitir alguma participação sacramental..." (Como podemos encontrar acordo substancial? CONAC AMERICANA 1993).

IGREJA EPISCOPAL

Em Julho de 1997 a Igreja Episcopal aceitou formalmente a Concordata do Acordo com a Igreja Evangélica Luterana nos Estados Unidos. Essa aprovação foi baseada no reconhecimento dos "essenciais da fé uma, santa católica e apostólica" na Igreja Evangélica Luterana nos Estados Unidos, a despeito das diferenças canônicas, litúrgicas e teológicas consideráveis e ambas as Igrejas demonstraram forte compromisso com o alvo da plena comunhão. Tal reconhecimento foi baseado numa série extensa e detalhada de Diálogos oficiais Luterano-Episcopal e a recepção do mesmo pela Igreja Episcopal culminando nas resoluções da Convenção Geral de 1982, em que as Igrejas que constituíam a Igreja Evangélica Luterana nos Estados Unidos foram reconhecidas... como Igrejas em que o Evangelho é proclamado e ensinado" (Por Plena Comunhão 1). Assim o caminho foi clareado para se mover na direção da Plena Comunhão: "por plena comunhão entendemos uma relação entre duas distintas Igrejas ou Comunhões. Cada qual mantém sua própria autonomia e reconhece a catolicidade e apostolicidade da outra e cada qual crê que a outra mantém os essenciais da Fé Cristã (Por Plena Comunhão p.107 n°2).¹⁸

Por conseguinte, a Igreja Episcopal tornou clara a linha fundamental (bottom-line) ecumênico. O Quadrilátero Chicago-Lambeth (1886/1888) traçou quatro elementos como baseada unidade: as Santas Escrituras como regras e

¹⁷ SPCU, "Reflexões sugestões referentes ao Diálogo Ecumênico(1970) IV 4b, mencionado por GTC Apêndice I.

¹⁸ Esse reconhecimento está de acordo com o Quadrilátero Chicago-Lambeth (1886/1888). E declarações pela Conferência de Lambeth 1958 e 1988, sendo o de 58 recomendado às Igrejas da Comunhão na Declaração de Cold Ash de 1983.

padrão da fé; os Credos apostólico e Niceno como afirmações de autoridade da fé; batismo e eucaristia com o uso das próprias palavras de Cristo da instituição e dos elementos e o episcopado histórico localmente adaptado. Por meio das resoluções e diálogos oficiais com outras Igrejas, a Igreja Episcopal tem procedido em consistência com este Quadrilátero. Dessa forma, a Igreja Episcopal tem especificado precisamente o que deve manter para ser fiel para com o Evangelho e o que pode e, talvez, deva até abandonar, em favor da unidade que Cristo deseja à Igreja.

PRIMADO E O BISPO DE ROMA

ARCIC I esboçou os benefícios que os anglicanos e os católicos romanos ganhariam de um reconhecimento comum do primado do Bispo de Roma (RF, Prefácio da Autoridade na Igreja I). Entretanto, para colhermos esses benefícios, devemos enfrentar e sobrepujar os desafios para ambas as Igrejas, relacionados com a função do Bispo de Roma, cujo ofício, como Papa João Paulo II tem reconhecido "constitui uma dificuldade para a maioria de outros cristãos, cuja memória é marcada por certas lembranças dolorosas" (UUS, 88).

A Autoridade na Igreja I e II bem como os Esclarecimentos de 1981 detalham o consenso sobre os princípios básicos do primado alcançado pelo ARCI I. "A episcopé do ministério ordenado" é reconhecido como um dos "dons do Espírito para a edificação da Igreja" (FR Autoridade na Igreja I, 5) "Esta autoridade pastoral pertence principalmente ao bispo" que, no entanto, não age sozinho (ibid.). Antes toda a comunidade que participa na "percepção da vontade de Deus para sua Igreja". Assim é toda a comunidade que "deve responder e avaliar as percepções e ensino dos ministros ordenado". Por conseguinte, existe "um contínuo processo de discernimento e resposta" (ibid.6) sob a liderança e orientação dos bispos que estão em comunhão uns com os outros. Este é o padrão de sinodalidade, colegialidade e conciliaridade: "comunhão dessas comunidades umas com as outras" (ibid 8). Além disso, ARCIC I declara, "se a vontade de Deus quanto à unidade em amor e verdade de toda a comunidade cristã deve ser cumprida, este padrão geral dos aspectos de complementariedade primacial e conciliar da episcopé servindo à koinonia das Igrejas precisa ser realizado a nível universal (ibid. 23). Esse primado universal é o de serviço:

O primado atinge seu objetivo ajudando as Igrejas a ouvirem umas às outras, a crescerem em amor e unidade e a caminharem em direção à plenitude da vida e do testemunho cristãos. Respeita e promove a liberdade e a espontaneidade cristãs. Não busca a uniformidade onde a diversidade é legítima, nem centraliza a administração em detrimento de Igrejas locais Um primaz exerce seu ministério não isoladamente, mas em associação colegiada com os irmãos do episcopado. (ibid. 21).

Ademais, ARCIC conclui que, à luz considerações histórica e atuais, é apropriado que, em qualquer união futura, o primado deve ser mantido pela sé romana (ibid. 23 cf. Autoridade na Igreja II, 9). Por conseguinte, o trabalho da ARCIC I sobre a autoridade tem proporcionado princípios para a concordância sobre estes tópicos. No entanto, permanecem problemas e discordâncias sobre a função do Bispo de Roma numa Igreja reunida e universal.

Uma das áreas de discordância é colocada pela compreensão da Igreja Católica Romana da plena comunhão que identifica comunhão com o Bispo de Roma como sendo "requisito *essencial* da comunhão plena e visível" (UUS 97 *italicos* aditados). "O Pontífice Romano como sucessor de Pedro, é o princípio e fundamento perpétuos e visíveis da unidade dos bispos e da multidão dos fiéis" (LG 23 "*Romanus Pontifex, ut successor Petri, est unitatis... perpetuam ac visibile principium et fundamentum*"). Esta compreensão é refletida no ensino do *Catecismo da Igreja Católica* de que as Igrejas particulares são plenamente católicas por meio de sua comunhão com a Igreja de Roma (#834).

ARCIC I observou acuradamente o obstáculo que permanece, "se ficar implícito que enquanto uma igreja não estiver em comunhão com o bispo de Roma será encarada pela Igreja Católica Romana como menos do que uma igreja completa, uma dificuldade permanecerá" (RF Autoridade na Igreja I, 24b). A Comunhão Anglicana entende a si mesma como já parte da Igreja Católica.¹⁹ Além disso, os anglicanos mantêm que as divisões entre as Igrejas significam que a plena catolicidade não é característica de nenhuma Igreja.²⁰

Assim muitos em ambas as Igrejas têm exigido uma compreensão renovada do primado na Igreja Católica Romana. Nem de longe, entre essas vozes tem sido a de João Paulo II em Ut Unun Sint 96, em seu importante convite aos "líderes das Igrejas e seus teólogos para se engajar comigo num diálogo paciente e fraterno" sobre "os meios em que o ministério papal possa tornar-se um serviço de amor reconhecido por todos os cristãos".

EQUILÍBRIO ENTRE A IGREJA LOCAL E UNIVERSAL

Porque professamos um só Corpo e um só Espírito, uma só esperança na vocação de Deus a nós, um só Senhor, uma só fé e um só batismo e um só Deus e Pai de todos (Ef 4.4-6), as nossas Igrejas concordam que a Igreja é necessariamente local e universal. Uma Igreja local completamente autônoma é uma contradição em termos, segundo a nossa compreensão compartilhada. No entanto, diferimo-nos entre nós mesmos sobre como melhor manter e fortalecer a comunhão indispensável das Igrejas locais.

Os anglicanos sustentam que a Igreja universal é o Corpo de Cristo, do qual Cristo é a cabeça e todos os batizados são membros. Na Comunhão Anglicana as Igrejas locais estão organizadas em Províncias, cada qual é uma Igreja independente com seus próprios primazes. Todos os primazes estão em comunhão com o Arcebispo de Cantuária. A comunhão das Igrejas locais em cada Província é simbolizada pela comunhão dos bispos uns com os outros.

A Igreja Católica Romana sustenta que a Igreja de Cristo "subsiste na Igreja Católica [Romana] que é governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele" (LG 8). Portanto, o ofício petrino é um elemento

¹⁹ Conferência de Lambeth 1920: LC 1978.

²⁰ LC 20, Relatório sobre Relações Ecumênicas; LC 88 especialmente 29-35.

indispensável de co-inerência da Igreja universal e da Igreja local. A comunhão com o bispo de Roma simboliza e atualiza a unidade da Igreja.

Por conseguinte, na teologia e na prática da Igreja, os anglicanos tendem a destacar a conciliaridade, enquanto os católicos romanos tendem a enfatizar o primado. Cada uma destas ênfases traz consigo certos dons. Mas cada qual apresenta, também, certos desafios. Como observou ARCIC I “embora o primado e a conciliaridade sejam elementos complementares da episcopé, tem acontecido muitas vezes que um tem sido enfatizado em prejuízo de outro, ao ponto mesmo de causar sério desequilíbrio. Quando as Igrejas se separaram entre si este perigo aumentou. A koinonia das Igrejas exige que um equilíbrio adequado seja preservado entre o primado e a conciliaridade com participação responsável de todo o povo de Deus”. (RF Autoridade na Igreja I, 22).

Muitos anglicanos têm exigido uma renovada compreensão e exercício reformado da conciliaridade na Comunhão Anglicana. As Conferências de Lambeth têm declarado reiteradamente que “as resoluções passadas por uma Conferência de Lambeth não têm autoridade legislativa em qualquer Província até que elas sejam aprovadas pelo seu sínodo provincial”. (Citado por Consulta da CONAC AMERICANA 1993, 7). Então, perguntam os anglicanos pode a Igreja ser verdadeiramente uma e católica, se cada Província da Comunhão pode determinar matérias de fé sem o consentimento de outras Províncias e do Arcebispo de Cantuária – e, às vezes, até diante da desaprovação deles? Uma liturgia comum, herança comum e laços de afeição com o Arcebispo de Cantuária podem não ser suficientes para sustentar uma comunhão autêntica e torna-la visível. E várias estruturas internacionais da Comunhão Anglicana que funciona como instrumentos de comunhão – ofício do Arcebispo de Cantuária, o Encontro dos Primazes, o Conselho Consultivo Anglicano e a Conferência de Lambeth – individualmente e no conjunto faltam-lhes autoridade formal para falar para a Comunhão e por ela.

Por exemplo, nem o Acordo Porvoo entre as Igrejas anglicanas e Igrejas luteranas a Europa setentrional, nem a Concordata entre a Igreja Episcopal e a Igreja Evangélica Luterana nos Estados Unidos exigem aprovação anterior ou posterior de toda a Comunhão Anglicana para se tornarem operativos e obrigatórios. Embora esses acordos sejam avanços ecumênicos significativos e alvissareiros, os católicos romanos perguntam como isso reflete e salvaguarda a comunhão da Igreja anglicana. Sob essa perspectiva, o Relatório de Virginia da Comissão Inter-anglicana de doutrina e teologia, trata de muitas das questões mencionadas aqui recebem atenção. A importância crescente do Conselho Consultivo Anglicano com sua relação sinodal com os bispos, outros clérigos e laicato. Aguardamos, também, os estudos instados pela Conferência de Lambeth de 98, de que se espera o esclarecimento sobre como as estruturas anglicanas possam expressar mais efetivamente o equilíbrio entre a Igreja local e universal.

Por outro lado, a Igreja Católica Romana enfrenta contínuas preocupações sobre o exercício do primado pelo bispo de Roma à medida que restringe a autonomia legítima das Igrejas locais. A posição católica romana de que o papa possui jurisdição suprema, ordinária e universal e imediata sobre toda a Igreja não é aceitável aos anglicanos enquanto os limites a essa jurisdição

permanecerem obscuras (Autoridade na Igreja I, 24d; cf. Autoridade na Igreja II, 18-22).²¹ Os anglicanos percebem a necessidade de “discussão mais extensa da relação entre o primado e colegialidade episcopal” (Relatório de EMAÚS, 66), a fim de que assegure que o primado “não seja exercido de modo heterônomo, em prejuízo do Corpo de Cristo, mas para o bem estar do mesmo” (RE 66).²² Tais discussões poderiam ser dedicadas tais como normas e procedimentos para a seleção dos bispos, a relação entre bispo diocesano e oficiais da Santa Sé e a natureza e autoridade teológicas das conferências episcopais em relação a Sé romana e bispos locais. O convite do papa João Paulo II aos “líderes das Igrejas e seus teólogos para se engajarem” com ele em diálogo sobre o primado universal exercido a serviço da unidade da Igreja em *Ut Unum Sint* (#96) possa ajudar a estimular tal discussão.

A missão e o testemunho da Igreja são eficazes à medida que suas realizações locais e universais operam para nutrir e completar uma a outra. As estruturas, políticas e práticas eclesiais podem diminuir ou obscurecer a unidade da Igreja fazendo que a fé em Cristo poder divergente, ao invés de reconciliador. Por outro lado, as estruturas, políticas e práticas eclesiais podem impedir às Igrejas locais o exercício de sua própria autonomia para viver o Evangelho, em suas circunstâncias particulares. Então, a plenitude autêntica da fé que a Igreja proclama é obscurecida. Assim o desafio que ambas as Igrejas enfrentam consiste em renovar nossas estruturas, políticas e práticas de modo que se realize o equilíbrio adequado entre a Igreja local e universal.

EPISCOPADO E APOSTOLICIDADE

Os anglicanos e católicos romanos compartilham a compreensão católica da função do bispo na Igreja local (ver acima e GTC 16). “Embora as diferenças entre as Comunhões mundiais estão relacionadas com a função e o lugar do bispo em relação à Igreja local” (GTC 15) elas não dividem nossas duas Igrejas.

Além disso, como parte da Comunhão Anglicana de âmbito mundial, a Igreja Episcopal acredita que o episcopado é um elemento entre muitos que juntos preservam a apostolicidade da Igreja. Esses elementos incluem “Escritura, Tradição, Credos, Ministério da Palavra e dos Sacramentos, o testemunho dos santos e consenso dos fiéis, que é a contínua experiência do Espírito Santo através do seu povo fiel na Igreja”.²³ A Igreja Católica Romana acredita que “o que foi transmitido pelos apóstolos compreende tudo que serve para fazer o povo de Deus viver suas vidas em santidade e aumentar sua fé.” Desta forma, a Igreja, em sua doutrina, vida, adoração, perpetua e transmite a cada geração tudo que ela é, tudo que crê” (DV 8 – Dei Verbum). Por conseguinte, para ambas as Igrejas, não os bispos sozinhos, mas a Igreja toda transmite a tradição apostólica. No entanto, cada Igreja atribui diferente peso à função do episcopado na transmissão da herança apostólica.

A Igreja Católica Romana sustenta que há uma função essencial dos bispos: o episcopado não é o único transmissor da apostolicidade, mas é o

²¹ O dom da autoridade da ARCIC II (maio de 1999) prossegue essas questões e agora está sob estudo pelas ambas as Igrejas.

²² Resolução III.8, h e I. Conferência de Lambeth

²³ CL 1948 – Comissão do Relatório sobre a “Comunhão Anglicana” pp.84-86.

principal transmissor. DV 7 reflete essa convicção no ensino de que “afim de preservar o Evangelho sempre inteiro e vivo... os apóstolos deixaram bispos como seus sucessores, “transmitindo-lhes seu próprio ensino [suum locum magisterii]”. DV 10 declara “... a tarefa de entregar interpretação da Palavra de Deus que tenha autoridade (authoritative) seja na forma escrita, seja na forma de Tradição, foi confiada somente ao ofício docente vivo da Igreja. Sua autoridade nesta matéria é exercida em nome de Jesus Cristo”. Na compreensão católica romana, esse ofício docente é conferido no episcopado. Seguindo essa linha, a resposta oficial da Igreja Católica Romana ao Relatório Final observou sua reserva: “as linhas inquebrantáveis da sucessão episcopal e ensino apostólico encontram-se em relação causal um ao outro.” (RFR, 27).

Como foi observado acima, os anglicanos sustentam que o episcopado é um elemento entre muitos que juntos asseguram a fidelidade da Igreja para com a herança apostólica. Embora o Quadrilátero Chicago (1886) declare que o episcopado é “essencial para a restauração da unidade entre os ramos divididos” da Igreja e embora o Quadrilátero de Lambeth (1888) não identifique o episcopado como essencial, ainda Lambeth 1888 denominou o episcopado como “uma base, sobre a qual pode ser feita a abordagem para a unidade entre as Igrejas divididas com a bênção de Deus.”²⁴

Para os anglicanos, o episcopado não é necessariamente o transmissor principal da apostolicidade. A Igreja Episcopal sustenta que o ministério apostólico reside em todos os cristãos, pela virtude do batismo. Existem os ministros ordenados para “servir, conduzir e capacitar esse ministério. Entre os ministros ordenados, os bispos devem ser “foco e símbolos em pessoa dessa herança quando pregam, ensinam o Evangelho e convocam o povo de Deus para sua missão de adoração e serviço”(“Princípios de unidade” Resolução A47A, Convenção Geral, 1982). Tanto o ofício docente quanto o governo da Igreja são conciliares. Portanto, a Convenção Geral da Igreja Episcopal, não a Câmara dos Bispos sozinha que declara o ensino e lei canônica da Igreja, inclusive cânones especificados como bispos, presbíteros e diáconos são disciplinados.

Onde o episcopado histórico está ausente, outras qualidades eclesiais são reconhecidas como indicativo da apostolicidade. Portanto, no caso da Igreja Evangélica Luterana nos Estados Unidos a Igreja Episcopal descobriu que o ensino básico da ELCA está “de acordo com o Evangelho e é suficientemente compatível com o ensino da Igreja (Episcopal)” (Por Plena Comunhão 1) para garantir o movimento para a plena comunhão com a ELCA. Porque tal plena comunhão incluiria eventualmente o episcopado histórico, a Igreja Episcopal estava capacitada para considerar a suspensão temporária sua restrição de longa data do ministério neste caso apenas.²⁵ Essa suspensão considerou a preservação da apostolicidade e não para a prejudicar. À luz da compreensão do episcopado da Igreja Católica Romana, é improvável, no entanto, que ela se considerasse autorizada a decretar suspensão similar.²⁶

²⁴ Livro de Oração Comum americano, pp.876-877.

²⁵ O Prefácio do Ordinal do Livro de Oração Comum afirma “pessoa alguma é permitida a exercer os ofícios de bispo, presbítero e diácono na Igreja, a não ser ela tenha sido ordenada (com solene oração e imposição das mãos do bispo) ou tenha já recebido tal ordenação com a imposição das mãos pelos bispos que são devidamente qualificados para conferir as Sagradas Ordens(Loc Americano 510). É esta cláusula que deve ser suspensa temporariamente e no caso apenas para a ELCA.

²⁶ Ver, por exemplo, LG 22.

Em síntese, temos concordância significativa de que os bispos são sucessores dos apóstolos e mantêm o ofício docente e o governo da Igreja. No entanto, nossas duas Igrejas se diferem significativamente, porque a Igreja Católica Romana considera os bispos na sucessão apostólica como essencial para a apostolicidade, ao passo que a Igreja Episcopal considera os bispos como um elemento importante da apostolicidade. Além disso, a Igreja Católica Romana reserva o ofício docente de autoridade e governo da Igreja aos seus bispos, ao passo que a Igreja Episcopal sustenta que ambas as funções residem nos seus bispos em concílio com outros clérigos e laicato. Embora essas diferenças sejam significativas, ainda não está claro que elas dividem a Igreja ou não. Portanto, a relação do episcopado e da apostolicidade está na área que requer uma reflexão futura dentro do contexto da concordância significativa já compartilhada.

EXPERIÊNCIA ECUMÊNICA E TEOLOGIA ECUMÊNICA

Este relatório tem realçado o escopo da “comunhão real, porém ainda imperfeita” entre os católicos e episcopais nos Estados Unidos. O trabalho de longa data e contínuo da CONAC americana reflete a ânsia pela unidade de nossas duas Igrejas. Alguns membros da CONAC americana têm sido membros da ARCIC. Por mais de três décadas, a “comunhão real, porém ainda imperfeita” que as nossas Igrejas compartilham tem crescido mais extensa e profunda em nossas Igrejas locais por meio de estudo compartilhado da Bíblia, oração, cooperação no serviço à sociedade, casamentos inter-eclisiais, pactos entre as paróquias católicas romanas e episcopais, pactos entre as dioceses das duas Igrejas. Por meio de experiência como essa, os episcopais e os católicos romanos têm chegado a reconhecer em cada outro uma fé compartilhada que redunde em missão e serviços compartilhados e que foram suas vidas diárias e suas esperanças para elas mesmas, suas famílias e suas comunidades e para o mundo em que vivem. Tal experiência ecumênica não só aponta para a unidade futura da Igreja, mas também a manifesta. E as limitações e imperfeições da comunhão que já compartilhamos – tão desfiguradamente evidente na incapacidade da gente que trabalha, estuda e oram juntos para partilhar a eucaristia junto regularmente uns com os outros e com um só Deus e Senhor – incrementa o combustível para o desejo pela comunhão mais plena.

Estas experiências da unidade, da comunhão não são acidentes. Sustentamos que a obra do Espírito Santo pode ser discernida nelas. Portanto, cabe aos líderes eclesiais atender ao que o Espírito pode estar dizendo e nos chamando por meio dessas experiências. Cabe a nós refletir Mais Profundamente sobre essas experiências em nosso diálogo sobre matérias de fé e ordem. Esclarecimento das matérias doutrinárias não é um fim em si mesmo, mas um meio para um fim mais largo de recuperar e receber a comunhão que é a vontade de Deus para a Igreja. O diálogo oficial e a experiência vivida dos membros de nossas Igrejas devem enriquecer e informar uma a outra.

Uma vez que a comunhão que já compartilhamos nos Estados Unidos não estejam ainda refletida em nível universal, os líderes de nossas Igrejas devem indagar como podem nutrir a comunhão nas Igrejas locais sem diminuir a comunhão com a Igreja universal, à medida que as nossas Igrejas a entendem. Quais meios adicionais existem para os membros de nossas Igrejas para expressar sua fé comum na adoração, no estudo das Escrituras, no serviço, na vida comum? Em certas áreas dos Estados Unidos, a partilha eucarística é fortemente sentida como necessária e sua falta é uma frustração. Sob quais condições pode ser autorizada alguma participação regular na eucaristia? Em ambas as nossas Igrejas, os líderes eclesiais em todos os níveis têm experiência vivida e direta do grande grau de convergência que as nossas Igrejas têm alcançado. Como poderiam essas pessoas comunicar mais efetivamente sua própria experiência da catolicidade e da comunhão que é real e ainda imperfeita?

CONCLUSÃO

Neste relatório, temos dado realce a algumas das muitas maneiras em que a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana têm reconhecido e compreendido a "comunhão real, porém ainda imperfeita" que já compartilhamos. Temos expressado alguma eclesiologia e teologia que estão por baixo dessa comunhão, mostrando que o nosso extraordinário consenso não é simplesmente um acidente, mas uma manifestação de nossa fé como ela é expressa em ambas as Igrejas pela graça de Deus e pela obra do Espírito Santo. Temos o regozijo de que nossas duas Igrejas compartilham uma teologia convergente da teologia da Igreja local e universal, a eucaristia, episcopado, primado e catolicidade autêntica.

Também reconhecemos que permanecem sérias questões teológicas que nos separam. Assim mesmo, nossas duas Igrejas permanecem comprometidas com o alvo da plena comunhão e da unidade visível. Para que se alcance esse alvo cada uma de nossas duas Igrejas e elas junto devem cuidadosamente e com oração chegar a uma compreensão mais profunda das exigências para a plena comunhão, primado, o equilíbrio entre a Igreja local e universal, episcopado e apostolicidade, a relação entre a experiência ecumênica e a teologia ecumênica. Embora o reconhecimento da complexidade desses problemas e a dor que a nossa continuada divisão nos causa, vivemos, também, naquela esperança de que, pela obra do Espírito Santo, as diferenças que nos separam serão transformadas em diferenças que enriquecem a nossa fé e vida comuns.

FUTUROS PROSPECTOS

A fim de dar atenção a algumas das questões teológicas que contribuem para a nossa continuada separação, a CONAC AMERICANA tem assumido um projeto de estudo e diálogo de longo prazo sobre a eclesiologia e autoridade. Iniciamos o estudo sobre como é entendida a relação entre a Igreja local e universal. Este relatório é um resultado desse estudo. No presente estamos empenhados em examinar a experiência nacional de nossas Igrejas como Igrejas católicas hierárquicas num ambiente de democracia secular, e em estudar o consenso que os anglicanos e católicos romanos já compartilham sobre a eucaristia. Aguardamos que este trabalho nos ajude a desenvolver novas

perspectivas eclesiais e teológicas sobre autoridade que, esperamos e oramos, contribuam para maior convergência entre nossas Igrejas nestas importantes matérias.

O nosso estudo cooperativo é uma parte de uma discussão multifacetada sobre eclesiologia e autoridade que podem conduzir às mudanças significativas na compreensão e prática de ambas as Igrejas. Entre as contribuições mais significativas para estas conversações são: respostas ao convite do Papa João Paulo II para conversação sobre o papado a serviço da unidade cristã, e, em particular, a resposta da Câmara dos Bispos da Igreja da Inglaterra, simpósios sobre o papado realizados em Roma, em dezembro de 1996 e dezembro de 1997, Apóstolos Suos (1998), de João Paulo II sobre a teologia e autoridade das conferências episcopais, Relatório de Virginia da Comissão Inter-anglicana de Doutrina e Teologia, as resoluções da Conferência de Lambeth de 1998 que recomenda esse relatório à Comunhão Anglicana para o estudo, e o Dom da autoridade da ARCIC II (maio de 1999).

Algumas das questões que enfrentamos são teológicas. Claramente. O dom divino da comunhão é mais plenamente realizada na celebração da eucaristia. As limitações de nossa "comunhão real, porém ainda imperfeita" são experienciadas de modo mais amplo e doloroso em nossa incapacidade de celebrar a eucaristia plena e completamente junto. Por essa razão a CONAC AMERICANA está atualmente examinando os acordos que já alcançamos. Com muitos outros empenhados nesta conversação, instamos que compartilhem a oração em muitas e muitas ocasiões.

Algumas das questões que enfrentamos são práticas. Dentro de nossas respectivas tradições a comunhão entre os membros de nossas Igrejas pode ser obscurecida e diminuída quando a eucaristia é celebrada com menos do que a participação plena e ativa de todos, segundo suas distintas funções. Por exemplo, a existência de dioceses muito extensas pode diminuir comunhão quando o bispo é mais administrador do que o presidente principal ou pastor (Christus Dominus, 22-23). Também a comunhão pode ser obscurecida e diminuída em situações em que fechamento ou agrupamento de paróquias prejudicam o reconhecimento da realidade da Igreja num lugar particular por parte dos comungantes. Semelhantemente, as comunidades que são destituídas da celebração da eucaristia por falta de um presbítero terão mais dificuldade para perceber e compreender sua realidade eclesial plena. Exploraremos as conseqüências de tal fenômeno e suas implicações para o nosso movimento na direção da plena comunhão numa etapa posterior, em nosso contínuo estudo da autoridade na Igreja. Esperamos ter proveito da contribuição de outros que procuram esclarecer essas questões.

A comunhão pode ser obscurecida e diminuída, também, quando as pessoas entram na participação não autorizada da eucaristia. As nossas Igrejas têm, atualmente, políticas distintas sobre quem pode receber a eucaristia e sob quais circunstâncias. Ao mesmo tempo, membros de nossas Igrejas passam por experiência de tal alto grau de comunhão de fé, serviço e vida que a partilha eucarística parece a muitos não só desejável, mas também autorizada. Mas " não se presta nenhum serviço à unidade da Igreja de Cristo quando um grupo

contribui para o enfraquecimento da lealdade e para minar a disciplina de outro” (SÉS – “Critério sobre padrões para a partilha eucarística” Resolução A 43 Convenção Geral da ECUSA, 1979.) Cabe aos líderes das Igrejas, em cada nível, dar atenção para essa questão com máxima habilidade pastoral e com máximo respeito para com os ensinamentos de ambas as Igrejas. A habilidade pastoral e respeito são elementos de nosso movimento para a plena comunhão, um movimento em que devemos seguir a orientação do Espírito, mesmo que seja difícil de discernimento em alguns pontos.

A nossa proximidade nos oferece muitas oportunidades de crescimento na comunhão que mesmo no momento seja real, porém imperfeita. Entre as questões práticas salientes colocadas está o problema da tomada de decisão conjunta. Se a nossa comunhão é real, as nossas Igrejas devem examinar suas consciências continuamente, de acordo com a famosa questão colocada pela terceira Conferência da Fé e Ordem, em Lund, na Suécia em 1952: “não devem as nossas Igrejas perguntar a si mesmas... senão devem agir junto em *todas as matérias*, exceto aquelas em que profundas diferenças de convicção as compelem agir separadamente?” (ênfases aditadas). Esse imperativo tem feito ecoar por João Paulo II em *Ut Unum Sint* 96, e, anteriormente, no Diretório Ecumênico da Igreja Católica Romana 1993. Isso tem sido reafirmado nos relatórios e resoluções de várias Conferências de Lambeth,²⁷ bem como nas políticas e práticas das Igrejas locais da Comunhão Anglicana.

Por fim, só a nossa comunhão aprofundada e cooperação nos capacitarão a responder essas questões e encontrar o caminho para a plena unidade, à qual somos chamados. No entanto, estamos convencidos de que mesmo agora a exploração de como nós atualmente respondemos essas questões pode ajudar-nos a reconhecer novos caminhos para a plena unidade.

É inegável que “... a forma precisa que a Igreja unida do futuro deva assumir e as formas de diversidade que ela poderia abraçar é uma questão importante, porém ainda é uma questão não resolvida” (GTC 49). Nós mesmos ainda não vemos essa forma, mas estamos confiantes de que o Espírito Santo guiará a Igreja em toda a verdade. Já nos regozijamos com o fato de que o Espírito nos tem levado a um extraordinário grau de comunhão e concordância que temos destacado na primeira parte deste relatório. Esperamos e oramos que o nosso trabalho presente e futuro possa contribuir para a resolução desta questão e apresse a unidade, pela qual orou o Nosso Senhor, a fim de que o mundo creia.

Tradução de +Sumio Takatsu

²⁷ Ver, por exemplo, resolução 50 de Lambeth de 1948, resolução 44 de Lambeth 1968, “ Para que a Igreja?” documento 20 da Lambeth 1978, “relações ecumênicas,”(documento 24 de Lambeth 1988 e resolução ’13 de Lambeth 1988.